

Congresso aprova 4 MPs e avança no ajuste fiscal

As medidas do ajuste fiscal passaram por mais um teste no Congresso. Deputados e senadores aprovaram ontem, em sessão conjunta, quatro das 12 medidas provisórias necessárias para se promulgar a reforma da Previdência. Ainda faltam oito MPs, que serão votadas nas próximas duas semanas. Com o cumprimento do cronograma, está mantida para até o dia 15 de dezembro a promulgação da emenda da Previdência. As MPs aprovadas ontem têm caráter técnico e não alteram a vida da população, uma vez que a maioria delas já está vigorando.

As votações foram tranquilas, somente em duas delas, os parlamentares tiveram que registrar os votos. O regimento interno do Congresso permite que medidas provisórias sejam aprovadas por votação simbólica, desde que haja quórum de 257 deputados e 42 senadores. "Nós achamos a fórmula. Estávamos fazendo uma experiência e deu certo", disse o líder do Governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Os líderes escolheram as medidas mais fáceis, com tramitação concluída e sem emendas para iniciar a votação. Além disso, foram canceladas as sessões da Câmara e do Senado para que a sessão do Congresso fosse realizada à tarde e garantisse o quórum elevado. "Não fazer as sessões da Câmara e do Senado foi uma tática acertada", avaliou o líder. Sem as sessões nas respectivas Casas, a presença de deputados e senadores para a contagem de recebimento de salário foi feita pela sessão do Congresso.

Bancos

Na primeira medida, o Governo conseguiu 244 votos favoráveis e 91 contrários entre os deputados. Dos 64 senadores presentes, 49 votaram pela

aprovação contra 14 votos pela rejeição. A medida aumenta a base de cálculo para o recolhimento do PIS das instituições financeiras. Antes, os bancos pagavam PIS somente sobre produtos e serviços. Com a medida eles passam a pagar sobre toda a receita financeira.

Com a constatação do quórum, a oposição não pôde pedir verificação da presença. A segunda e a terceira emenda foram aprovadas simbolicamente. Elas permitem que o INSS regularize as ocupações dos imóveis através de contratos renovados a preços de mercado e colocam à disposição do Tesouro Nacional os recursos provenientes dos depósitos em juízo.

Advocacia

Na última votação do dia, concluída às 19h, o Governo conseguiu 260 votos a favor e 108 contrários. A MP institui normas e determinações para a Advocacia Geral da União. Com a medida, o advogado-geral pode apurar irregularidades no serviço público, desde que o pedido seja feito através de ofício ou solicitação das autarquias e fundações.

As medidas mais polêmicas deverão ser deixadas por último. A proposta de cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados, que recebem acima de R\$ 1.200,00 ainda precisa ser negociada no Congresso, onde enfrenta muitas resistências. Os líderes, no entanto, estão confiantes. "Esperamos que o clima já esteja favorável. Este é um time que está começando a engrenar", afirmou o líder do PFL, Inocêncio Oliveira. A próxima sessão do Congresso está marcada para a tarde da próxima quarta-feira.

GERUSA MARQUES

Repórter do Jornal de Brasília